

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, orlando Pestuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 02 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 555/2002, item 04, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.412 de 26 de dezembro de 2001. (ICMS). **Aprovado.** (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ - **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica das instituições de educação superior integrantes do sistema estadual de educação. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CECE.**

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira,

com apoioimento dos senhores deputados Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer, nos seguintes termos:

**EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 205/2002**

O artigo 2º deverá ter a seguinte redação:

“Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação na área médica, por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde.”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioimento:

Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o regime das microempresas e empresas de pequeno porte - Simples/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E CAIC.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 08 (oito), de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 555/2002**

Acrescente-se ao parágrafo 2º do artigo 2º do Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado estadual Hermas Brandão, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“§ 2º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos do mês de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAD/ICMS, inclusive, e dezembro do mesmo ano, garantindo-se às novas empresas, salvo evidências devidamente justificadas pela autoridade fiscal, o seu imediato ingresso na primeira faixa (“A”).

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioimento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Acrescente-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 555/2002, o parágrafo 5º, com a seguinte redação:

“§ 5º - Observar-se-á para efeito de enquadramento, mudança de faixas e futuros desenquadramento, o somatório das receitas de todos os estabelecimentos mercantis situados no Estado do Paraná, excluindo-se os

exclusivamente prestadores de serviço e aqueles estabelecidos em outras Unidades da Federação, admitindo-se para tanto, nos moldes definidos em decreto, a hipótese facultativa de apuração e recolhimento centralizado.”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioimento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Acrescente-se ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 555/2002, os incisos VII e VIII, com a seguinte redação:

“VII - A entrega de arquivos magnéticos só será exigida das empresas enquadradas na faixa “D”;

VIII - A exigência de uso de equipamentos ECF só se fará, atendidos aos demais requisitos legais, às microempresas inscritas nas faixas “C” e “D”.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioimento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04

Modifique-se a redação do artigo 9º, *caput*, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 9º - As microempresas optantes pelo Simples/PR, deverão cumprir, exclusivamente, as seguintes obrigações acessórias:”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioimento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 05

Acrescente-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 555/2002, o parágrafo 5º, com a seguinte redação:

“ § 4º - Para os efeitos da alínea “f” do inciso IX, considerar-se-á atacadista, o que efetuar vendas:

a) de bens de produção, exceto a particulares em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao seu próprio uso;

b) de bens de consumo, em quantidade superior àquela normalmente destinada a uso próprio do adquirente;

c) a revendedores;

§ 5º - Não será estabelecimento atacadista, o estabelecimento que efetuar venda direta ao consumidor, ainda que realize vendas por atacado esporadicamente, considerando-se esporádicas as vendas por atacado quando, no mesmo semestre civil, o seu valor

não exceder a vinte por cento do total das vendas realizadas”.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06 PROJETO DE LEI Nº 555/2002

Acrescente-se ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 555/2002, os incisos VII e VIII, com a seguinte redação:

“Art. 12 - Salvo as hipóteses de simulação e fraude ou nas hipóteses descritas no artigo 4º, incisos II e III desta lei, todos os recolhimentos de impostos decorrentes de atrasos, multas ou de outras irregularidades procedimentais, sempre que possível, observar-se-á o recolhimento devido em função da respectiva faixa.”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Acrescente-se ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado estadual Hermas Brandão, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Admitir-se-á, como única exceção à regra do *caput* deste artigo, a opção da microempresa em efetuar o débito do imposto, em quaisquer operações, limitado em até 20% do valor descrito no artigo 2º desta lei, conforme a faixa, sendo este valor pago em guia específica conforme procedimento a ser estabelecido em decreto, e tampouco sendo tais valores reconhecidos no somatório da receita bruta de forma a não ensejar mudança de faixa ou desenquadramento, hipótese em que a microempresa declarará expressamente estar fazendo uso de tal opção no campo “Dados Adicionais” do documento fiscal, garantindo-se às microempresas o proporcional aproveitamento de eventuais créditos anteriores em respeito ao princípio da não cumulatividade.”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk e Marcos Isfer

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Acrescente-se ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado estadual Hermas Brandão, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Admitir-se-á, como única exceção à regra do *caput* deste artigo, a opção da microempresa em efetuar o débito do imposto, em quaisquer operações, limitado em até 20% do valor descrito no artigo 2º desta lei, conforme a faixa, sendo este valor pago em guia específica conforme procedimento a ser estabelecido em decreto, e tampouco sendo tais valores reconhecidos no somatório da receita bruta de forma a não ensejar mudança de faixa ou desenquadramento, hipótese em que a microempresa declarará expressamente estar fazendo uso de tal opção no campo “Dados Adicionais” do documento fiscal, garantindo-se às microempresas o proporcional aproveitamento de eventuais créditos anteriores em respeito ao princípio da não cumulatividade.”

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Renato Gaúcho e Marcos Isfer.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Arapongas. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes - Lar de Nazaré, com sede e foro no município de Tibagi. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz do Anta e PCH Bonanza, nos municípios de Tomazina, Arapoti e Ribeirão do Pinhal. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que regulamenta o pedido de vistas, adiantamentos e novas audiências de processos, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECER DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 740/2002

Art. 1º - Fica regulamentado o pedido de vistas, adiamentos e novas audiências de processos, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da seguinte forma:

§ 1º - Incluído o processo em pauta o relator poderá solicitar, pelo prazo máximo de 4 (quatro) sessões regulamentares e consecutivas, o adiamento do julgamento, para melhor análise, elaboração do relatório e voto.

§ 2º - A solicitação de vistas do processo, durante a sessão de julgamento, poderá ser requerida por qualquer conselheiro, devendo ser devolvido ao relator, no mesmo prazo fixado no § 1º deste artigo.

§ 3º - O pedido de nova audiência do procurador geral junto ao Tribunal de Contas obedecerá à regra estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 4º - Os pedidos fundamentados de adiamento, vista e nova audiência, formalizados por escrito antes da respectiva audiência, submeter-se-ão à deliberação do respectivo órgão julgador, que poderá deferi-los, segundo sua procedência por prazo não superior ao estabelecido no § 1º deste artigo.

§ 5º - Os auditores, no exercício de suas competências regulamentares, estarão sujeitos aos mesmos requisitos, prazos e penalidades tratadas nesta lei.

§ 6º - Não apresentando para julgamento o feito adiado, no prazo estabelecido no § 1º, perderá o conselheiro automaticamente a função da relatoria, devendo o presidente, por ato próprio e vinculado, na mesma sessão, designar, por sorteio, novo relator para o processo.

§ 7º - Na hipótese do § 2º, não devolvido o processo, na quarta sessão regulamentar e consecutiva, o presidente deverá requisitar o feito ao respectivo conselheiro para a próxima sessão, com as devidas anotações na ata da sessão.

I - A ocorrência do fato mencionado no *caput* deste parágrafo acarretará ao conselheiro responsável o impedimento de votar ou de solicitar qualquer diligência no processo, objeto da respectiva vista.

II - Não caberá designação de auditor, para o fim previsto no inciso acima, ficando reduzido o quórum do respectivo julgamento.

§ 8º - Quando não atendido o prazo de devolução de nova audiência, de que trata o § 3º, o presidente, na quarta sessão consecutiva, requisitará o feito para a próxima sessão, ficando o procurador geral junto ao Tribunal de Contas do Estado impedido de solicitar, no respectivo processo, novas audiências ou diligências.

§ 9º - As atribuições, conferidas por esta lei ao presidente, constituem ato vinculado a ser praticado de ofício, independente de prévia manifestação ou autorização do Tribunal Pleno, caracterizando a sua omissão como ato de improbidade administrativa.

I - o não atendimento à requisição de devolução solicitada pelo presidente, constituirá em conduta tipificada no artigo 11, da Lei nº 8429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, sujeitando o faltoso às penas previstas no artigo 12, III, da Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992.

§ 10 - Os feitos em julgamento que, na data da publicação desta lei, estiverem suspensos em mais de 02 (duas) sessões regulamentares e consecutivas do respectivo órgão julgador, deverão ser devolvidos no prazo máximo de 01 (uma) sessão, aplicando-se, no que couber, as disposições e responsabilidades estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Nelson Tureck, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Zuk, Edno Guimarães.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba. **PARECER DA CPI. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, que institui a Comissão Permanente de Alimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER DA CPI DOS ALIMENTOS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. **PARECER DA CPI DOS ALIMENTOS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/2002, de autoria da Comissão Executiva. Fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar, através da Diretoria de Assistência ao Plenário o término de cada legislatura, a consolidação e publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno à Resolução nº 159/90, de 28/12/90, que instituiu o Regimento Interno deste Poder Legislativo. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que cria as Zonas de Perigo Ambiental - ZPA e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 239/20001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Neivo Beraldin, o projeto de lei em pauta cria as Zonas de Perigo Ambiental- ZPA e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que nada obsta a sua legal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que exaramos parecer Favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 07.05.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 239/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do nobre senhor deputado Neivo Beraldin, que cria as Zonas de Perigo Ambiental - ZPA, e dá outras providências.

Procedida a análise da proposição no que concerne à competência desta Comissão Permanente, nada encontramos que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei, estando a proposta em perfeitas condições de merecer a deliberação do soberano Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Finanças, dá seu parecer favorável à proposição em epígrafe opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9.06.2002
(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 239/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo criar as Zonas de Perigo Ambiental - ZPA, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer Favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2002
(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2001 de autoria do deputado Neivo Beraldin, que cria o Fundo Específico para Aplicação Exclusiva no tratamento do Esgotamento Sanitário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2001, de 19.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 461/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Neivo Beraldin, o projeto de lei em pauta cria fundo específico para aplicação exclusiva no tratamento de esgotamento sanitário.

Chamada esta comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verifica-se a boa intenção do autor em se destinar recursos através de um fundo para o tratamento de esgoto sanitário, bem como trata-lo na íntegra a partir do ano de 2005.

Apesar de meritória a matéria, o projeto de lei não indica fonte de recursos orçamentários que possa custear o referido fundo e sua criação implicaria em redefinição tarifária dos serviços de água e esgoto, já que na atual composição tarifária destes serviços não está prevista cobrança de numerário destinado ao fundo em questão. Na mesma questão orçamentária esbarra o projeto de lei quando impõe tratamento de 100% do esgoto coletado.

Diante do exposto, somos de parecer contrário ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.03.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 461/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 461/2001, ora em análise, de autoria do deputado Neivo Beraldin, cria o Fundo Específico para Aplicação Exclusiva no Tratamento de Esgotamento Sanitário.

Chamada a se manifestar esta Comissão, considera que do seu ponto de vista, nada há que possa inviabilizar a normal tramitação desta proposta de lei.

Desse modo, somos de parecer favorável ao referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.05.2002
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ADEMIR BIER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 461/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo a criação de

fundo específico para aplicação exclusiva no Tratamento de Esgotamento Sanitário.

Chamada esta Comissão de Ecologia e meio Ambiente a manifestar-se e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.2002

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/2002, de autoria da CPI - América Latina Logística do Brasil COM PARECER FAVORÁVEL DA CPI. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 115/2002, de 09.09.2002).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2632, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2633, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, comunicando os senhores deputados que haverá uma Sessão Solene, de outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná aos senhores Túlio Vargas e Wilson de Mattos Silva e o título de Cidadã Honorária à Irmã Firmina, em Maringá, quarta-feira, dia 04 às 20hs00.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária, para segunda-feira, dia 09, para logo após o término da Sessão Ordinária.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

ATO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital de Instauração de Processo Administrativo, conforme Protocolo nº 5113/2002, contra a servidora ALZELI BASSETI PROCHMANN, matrícula 41042, deste Poder, por abandono de serviço por mais de 30 (trinta) dias, publicado no Diário da Assembléia nº 115, do dia 09 de setembro de 2002, às fls. 20, com base nos artigos 315 e seguintes da Lei nº 6174/70, alterada pela Lei nº 12976, de 17.11.2000 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná),

DETERMINA

A substituição dos membros da Comissão Processante, designando: Eldo Gevezier, matrícula 056, Procurador "NU-1, 3ª Classe", Marco Antonio Marconcini, matrícula 146, Consultor Legislativo "A-1" e Eleovan Cesar Ribeiro, matrícula 373, Consultor Técnico "A", todos funcionários efetivos do Quadro deste Poder, como membros da Comissão Processante em substituição àqueles anteriormente designados, sob a presidência do primeiro, o qual por sua vez, designará o membro que deverá secretariá-la.

De acordo com os artigos 316 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná, a comissão iniciará os trabalhos em até 03 (três) dias após a publicação oficial desta determinação, com a duração de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável, sucessivamente, por período de 30 (trinta) dias, devendo a comissão, no prazo de 03 (três) dias após a lavratura do termo de instrução, promover a citação da indiciada para, em 10 (dez) dias apresentar defesa, sendo-lhe facultada, durante esse prazo, vistas ao processo na dependência onde funciona a comissão, elaborando-se ao final relatório aduzindo toda a matéria de fato onde se concluirá pela inocência ou responsabilidade da funcionária.

Todos os prazos, inclusive para a defesa, se iniciam a partir da data de publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Curitiba, 25 de setembro de 2002.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral